

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Editais 01/2025 – Monitoramento do PDDE e Ações Integradas	
Título e Código do Projeto	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
Local(s) de Trabalho	Remoto, podendo ser necessário participar de reuniões em Brasília e realizar visitas aos municípios.
Período do contrato:	9 meses
Número de vagas:	01 (uma)
Enquadramento no Prodoc	1.2.2 Elaborar metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável por executar os principais programas de financiamento da educação no Brasil. Com o objetivo de gerar resultados efetivos para a sociedade, a Autarquia busca continuamente aprimorar a gestão de seus processos internos e externos. Entre as atividades sob sua competência, o monitoramento da descentralização de recursos para os entes subnacionais tem recebido atenção crescente, pois representa etapa importante na execução das políticas educacionais. Para fortalecer esse processo, foi publicada a Portaria nº 1.026, de 27 de novembro de 2024, que estabelece uma política de monitoramento para o FNDE. Esta portaria define diretrizes, etapas, instrumentos de monitoramento e avaliação, além de recursos tecnológicos necessários para implementação da política.

Entre os programas universais de descentralização de recursos, destaca-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem por objetivo contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, promovendo a autogestão escolar e a participação da comunidade. Como os recursos transferidos pelo programa podem ser aplicados na aquisição de bem e contratação de serviços, no desenvolvimento de atividades pedagógicas e em várias outras necessidades da escola, o PDDE se constitui numa política essencial para a melhoria da qualidade da educação a promoção da equidade no acesso aos recursos educacionais.

Em 2024, em resposta à política de monitoramento definida pelo FNDE, a área gestora do PDDE estruturou um painel de indicadores para acompanhar as etapas de execução do programa.

Além disso, está em fase de conclusão a avaliação nacional do impacto do PDDE e foi definida uma metodologia para selecionar municípios que receberão capacitação e assistência técnica, a fim de prestar assessoria e acompanhamento *in loco* aqueles que necessitam de maior atenção.

No entanto, o processo de monitoramento do PDDE não está completamente estruturado. A próxima etapa envolve a institucionalização de rotinas para corrigir falhas identificadas no processo de descentralização dos recursos e a definição de estratégias para avaliar se as medidas adotadas estão alcançando os resultados esperados.

Nesse contexto, a Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE) publica edital para contratar consultoria especializada em monitoramento de políticas públicas. O objetivo é aperfeiçoar as ferramentas de monitoramento existentes, prospectar novos indicadores de acompanhamento do PDDE e definir rotinas de ações a serem adotadas para corrigir falhas identificadas em sua implementação.

2- ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados

Propor e realizar pesquisa com grupos de entidades executoras do PDDE e Ações Integradas, a fim de corrigir falhas identificadas no processo de implementação.

b) Enquadramento no PRODOC:

Objetivo 1: Políticas educacionais de transporte escolar e de descentralização de recursos às escolas sendo executadas de forma eficiente a partir de aplicação de novas metodologias, experiências inovadoras e boas práticas nacionais e internacionais, **hábeis a incrementar seu desenvolvimento.**

Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

Atividade 1.2.2 Elaborar metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar.

3 - PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Documento Técnico “A” – Levantamento de dados e definição de metodologia - Documento técnico contendo análise estatística de dados e indicadores do PDDE e Ações Integradas, e proposta de metodologia e estratégia de pesquisa, a fim de subsidiar a seleção de grupos de entidades executoras que apresentam baixa execução dos recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.

Atividades

1. Coleta de Dados: reunir dados e indicadores sobre a execução de recursos do PDDE e Ações Integradas.
2. Análise estatística: utilizar métodos estatísticos para analisar os dados coletados.

3. Desenvolvimento de Metodologia: Definir as etapas e métodos para a realização da pesquisa.
4. Identificação de grupos: definir grupos de entidades executoras com base na baixa execução de recursos, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa.
5. Estratégia de pesquisa: Planejar como será conduzida a pesquisa, incluindo amostragem e instrumentos de coleta de dados
6. Relatório Técnico: elaboração do documento técnico com os resultados da análise.

Documento Técnico “B” – Execução da pesquisa - Documento técnico com descrição da execução da pesquisa para avaliar as razões de baixa execução de recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.

Atividades

1. Planejamento de campo: organizar a execução da pesquisa, incluindo cronograma e logística.
2. Coleta de dados: aplicar questionários, entrevistas ou outras técnicas para coletar informações.
3. Análise preliminar: realizar uma análise inicial dos dados coletados.
4. Relatório técnico: elaboração do documento técnico com os resultados da pesquisa.

Documento Técnico “C” – Análise de dados e informações coletadas - Documento técnico contendo análise dos dados e informações coletadas, incluindo diagnóstico e sugestões das razões encontradas para a baixa execução de recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.

Atividades

1. Análise detalhada: examinar os dados coletados e identificar padrões e correlações.
2. Diagnóstico: elaborar um diagnóstico das razões encontradas.
3. Sugestões de melhorias: propor soluções e ações para resolver os problemas identificados.
4. Relatório técnico: elaboração do documento técnico com a análise completa, diagnóstico e sugestões.

Documento Técnico “D” – Análise da rotatividade de entidades representativas - Documento técnico contendo proposta de rotinas de acompanhamento das entidades representativas das escolas identificadas com problemas relacionados a baixa execução dos recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola, incluindo proposta detalhada de ações a serem executadas para verificar a eficácia das medidas adotadas.

Atividades

1. Desenvolvimento de rotinas: definir as ações e frequência de acompanhamento das entidades.
2. Implementação de ações: executar as ações planejadas para corrigir falhas.
3. Monitoramento contínuo: avaliar periodicamente a eficácia das medidas adotadas.
4. Relatório Técnico: elaboração do documento técnico contendo as rotinas de acompanhamento e resultados obtidos.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” Levantamento de dados e definição e metodologia - Documento técnico contendo análise estatística de dados e indicadores do PDDE e Ações Integradas, e proposta de metodologia e estratégia de pesquisa, a fim de subsidiar a seleção de grupos de entidades executoras que apresentam baixa execução dos recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.	50 dias
Documento Técnico “B” Execução da pesquisa - Documento técnico com descrição da execução da pesquisa para avaliar as razões de baixa execução de recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.	120 dias
Documento Técnico “C” Análise de dados e informações coletadas - Documento técnico contendo análise dos dados e informações coletadas, incluindo diagnóstico e sugestões das razões encontradas para a baixa execução de recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola.	190 dias
Documento Técnico “D” Análise da rotatividade de entidades representativas - Documento técnico contendo proposta de rotinas de acompanhamento das entidades representativas das escolas identificadas com problemas relacionados a baixa execução dos recursos do programa, inadimplência cadastral ou ausência de entidade representativa da escola, incluindo proposta detalhada de ações a serem executadas para verificar a eficácia das medidas adotadas.	260 dias

* o número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Serão fornecidos a infraestrutura e o apoio técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias à discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- apoio da equipe técnica do FNDE discussão e orientação do projeto, leitura e revisão de documentos, críticas e sugestões;
- disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- a) **Formação Acadêmica:** diploma de curso superior completo em Estatística ou Economia e especialização relacionada à área de formação em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
- b) **Experiência profissional comprovada:** 02 (dois) anos no âmbito da Administração Pública estadual ou federal, comprovados por documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado tempo de estágio.
- c) **Experiência profissional:** 2 (dois) anos de experiência na área de monitoramento e/ou avaliação de políticas educacionais, comprovada por meio de contrato de trabalho ou documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado o tempo de estágio. Não será considerado tempo de estágio.

6.2 Desejáveis:

- a. **Experiência profissional:** 2 (dois) anos de experiência com técnicas e ferramentas de Estatística e análise de base de dados, comprovada por meio de documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado o tempo de estágio
- b. **Experiência prévia em consultoria:** 02 (dois) anos de experiência prévia em consultoria, comprovada por meio de contrato de trabalho ou documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços.

Habilidades e competências:

- a) Apresentar desenvoltura na articulação de ideias e conhecimentos (verificada na entrevista);
- b) Competência para explicar os recursos e ferramentas disponíveis em programas específicos de análise de dados (R, SPSS e outros e outros) a ser verificada na entrevista;
- c) Apresentar conhecimento em técnicas de análise estatísticas de dados que possam ser empregadas para identificar padrões e tendências na análise de desempenho de políticas educacionais;
- d) Competência para explicar os conceitos relacionados a elaboração de indicadores e estratégias de monitoramento e avaliação de políticas públicas, demonstrada em entrevista.
- e) Disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho.

7 - Processo seletivo

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;
- c) não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. Os candidatos que não informarem no currículo o perfil para o qual desejam concorrer poderão ter seus currículos eliminados da concorrência ou distribuídos para algum dos perfis conforme avaliação discricionária da Comissão de Seleção, não cabendo recurso em caso de discordância com a opção adotada.
- e) as candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) a análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas

presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail 914BRZ1149@fnde.gov.br;
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7.4.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência na Administração Pública.
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de análise curricular

c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista.

8 - TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

		Descrição de qualificação e experiência	Critérios de pontuação	Pontuação Máxima
1	Formação acadêmica	É obrigatório curso superior completo em Estatística ou Economia e especialização relacionada à área de formação em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	[100%] 15 pontos: doutorado [80%] 12 pontos: mestrado [70%] 10,5 pontos: especialização	15
2	Experiência do candidato	É obrigatória experiência mínima de 2 (dois) anos, no âmbito da Administração Pública estadual ou federal, comprovada por meio de documento da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado tempo de estágio.	[100%] 20 pontos: 4 (quatro) anos completos ou mais de experiência [80%] 16 pontos: 3 (três) anos completos de experiência [70%] 14 pontos: 2 (dois) anos completos de experiência.	20
3	Experiência do candidato	É obrigatório no mínimo 2 (dois) anos de experiência na área de monitoramento e/ou avaliação de políticas educacionais, comprovada por meio de contrato de trabalho ou documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado o tempo de estágio.	[100%] 15 pontos: 4 (quatro) anos completos ou mais de experiência [80%] 12 pontos: 3 (três) anos completos de experiência [70%] 10,5 pontos: 2 (dois) anos	15
4	Experiência do candidato	É desejável no mínimo 2 (dois) anos de experiência com técnicas e ferramentas de Estatística com análise de bases de dados comprovada por meio de documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços. Não será considerado o tempo de estágio.	[100%] 15 pontos: 4 (quatro) anos completos ou mais de experiência [80%] 12 pontos: 3 (três) anos completos de experiência [70%] 10,5 pontos: 2 (dois) anos	15

5	Experiência do candidato	<p>É <u>desejável</u> no mínimo 2 (dois) anos de experiência prévia em consultoria, comprovada por meio de contrato de trabalho ou documentos da entidade empregadora ou beneficiária dos serviços.</p>	<p>[100%] 15 pontos: 4 (quatro) anos completos ou mais de experiência</p> <p>[80%] 12 pontos: 3 (três) anos completos de experiência</p> <p>[70%] 10,5 pontos: 2 (dois) anos</p>	15
6	Entrevista	<p>É <u>desejável</u> que o candidato demonstre durante a entrevista:</p> <p>a) Desenvoltura na articulação de ideias e conhecimentos; (3 pontos)</p> <p>b) Competência para explicar os recursos e ferramentas disponíveis em programas específicos de análise de dados; (7 pontos)</p> <p>c) Conhecimento em técnicas de análise estatísticas de dados que possam ser empregadas para identificar padrões e tendências na análise de desempenho de políticas educacionais; (7 pontos)</p> <p>d) Competência para explicar os conceitos relacionados a elaboração de indicadores e estratégias de monitoramento e avaliação de políticas públicas, demonstrada em entrevista. (3 pontos)</p> <p>e) Disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho.</p>	<p>Até 20 pontos, atribuídos pela Comissão de Seleção em entrevista.</p>	20
TOTAL DE PONTOS				100

9. LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor

10. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, pelo e-mail 914brz1149@fnde.gov.br, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação-Geral do Programa Dinheiro Direto na Escola, por meio eletrônico, ou diretamente no endereço, SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 2 andar - Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação



técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

Brasília/DF, fevereiro de 2025.